

+E Monumentais árvores de Portugal

MILENAR Esta oliveira tem 3713 anos. Está na Herdade do Peso, Vidigueira, distrito de Beja, protegida por estacas e pedras. Ainda produz azeitona

Somos um país de mar azul, mas também de floresta verde. Ano após ano, lembramo-nos disso quando as coisas correm mal e os fogos devoram paisagens e vidas. Mas, afinal, como estão as nossas árvores, responsáveis por dez por cento das exportações anuais? Sabia que temos a árvore mais alta da Europa e uma das mais velhas do mundo?



TEXTO
LUÍS FRANCISCO
JORNALISTA

O povo diz muitas vezes que não se pode confundir a árvore com a floresta, alertando para o perigo das generalizações precipitadas. Mas o aforismo não funciona ao contrário... Até porque há árvores que não se confundem com mais nenhuma. São especiais, únicas até. Num país onde não há, propriamente, manchas de floresta que ganhem notoriedade a nível global (exceção feita à Laurissilva da Madeira, classificada desde 1999 pela UNESCO como Património da Humanidade), avultam alguns casos individuais que merecem uma visita mais cuidada.

“Quando colaborei no meu primeiro Inventário Nacional, o de 1995, lembro-me de termos olhado para os dados que nos forneceram e ficarmos desconfiados... Árvores com 70 metros? Só podia ser engano. Mas não era. Em Vale de Canas elas estavam lá.” José Sousa Uva, perito-coordenador da Direcção Nacional de Gestão do Programa de Fogos Rurais, fala de uma pequena mancha florestal situada junto à localidade com o mesmo nome, perto de Coimbra, onde continua a crescer a árvore mais alta da Europa, agora com mais de 140 anos. É um eucalipto (*Eucalyptus diversicolor* Müller, Karri no seu nome vulgar) e a última medição conhecida data de 2017, feita pela Giant Trees Foundation. Os peritos anotaram uma altura de 72,9 metros, praticamente a mesma dimensão da Torre dos Clérigos, no Porto (que mede 75,6 metros). Na sua terra natal, a Austrália, esta espécie pode chegar aos 85 metros de altura.

Batizada Karri Knight (Cavaleiro Karri, em inglês), o colosso de Vale de Canas tinha em 2015 um perímetro na base de 9,9 metros e a sua copa estendia-se por um diâmetro de 39,5 metros no sentido norte/sul e 23,12 metros no sentido este/oeste. Assistiu — e resistiu — ao terrível incêndio de 2005 que destruiu quase por completo a Mata Nacional de Vale de Canas, que ocupa atualmente cerca de 16 hectares e foi repovoada depois da tragédia. Imagens do seu tronco mostram algumas cicatrizes causadas pelo fogo, numa aguda chamada de atenção para o risco de perdemos estas referências na paisagem. Em janeiro, a árvore mais alta de Edimburgo (Escócia), um cedro-do-Himalaia com 30 metros de altura e 166 anos de idade, foi derrubado pelos ventos da depressão “Eowyn”.

E se os rigores da meteorologia doem, o que dizer da ação humana, negligente ou criminosas? Há pouco mais de uma semana, foi denunciado o corte clandestino que pode ter condenado à morte a árvore mais antiga do concelho de Sintra. O castanheiro, com mais de 600 anos e classificado, foi vítima de uma “poda brutal” que põe em risco a sua sobrevivência, acusa o Grupo dos Amigos de Árvores. A associação suspeita que o corte tenha sido motivado pelos danos que poderia causar numa casa, dado que havia raízes e ramos em contacto com o edifício e muros circundantes.

Regressemos a Vale de Canas. Ao lado de Karri Knight, até a maior araucária do mundo da sua espécie (*Araucaria bidwillii* Hooker) faz figura de anã.



CAMPEÃ Com 72,9 metros, a árvore mais alta da Europa, *Eucalyptus diversicolor*, está na Mata Nacional Vale de Canas, Coimbra

Tem também mais de 140 anos e ultrapassa os 54 metros de altura. Mas estes dois colossos estão longe de ser casos únicos no panorama florestal português. O site Monumental Trees lista os “top 3” em altura na Europa de 736 espécies e Portugal aparece na lista dezenas de vezes — e com grande destaque para a ilha da Madeira, onde, pelos vistos, (quase) tudo se dá bem.

Se Karri Knight se estica para os céus, outra árvore notável de Portugal destaca-se pelo volume. É também por cá que podemos conviver com uma das árvores mais velhas do mundo. Lá iremos.

Em 2018, a votação para Árvore Europeia do Ano teve um vencedor português: um sobreiro colossal situado em Águas de Moura, freguesia de Marateca, concelho de Palmela. Conhecido como “Assobiador”, por causa da presença constante de aves na sua gigantesca copa, que se estende por 30 metros, há também quem lhe chame “casamenteiro”, por ser palco de muitos encontros amorosos. Tem mais de 16 metros de altura, o perímetro na base supera os cinco metros e, com quase 240 anos, é o sobreiro mais produtivo do mundo: dos seus enormes troncos foram retirados, na campanha de 1991, 1200 quilos de cortiça — suficiente para produzir 100 mil rolhas. O “Livro Guinness dos Records” reconheceu-o como o maior, e mais velho, sobreiro do mundo.

O “Assobiador” era pouco conhecido do grande público até a sua história ser divulgada para a eleição de Árvore Europeia do Ano. E o mesmo se poderá dizer de uma oliveira milenar que nasceu, cresceu e se eternizou nos terrenos da Herdade do Peso, na Vidigueira, distrito de Beja. “Sempre tivemos a noção de que na propriedade havia várias oliveiras muito antigas, mas nunca imaginámos que fossem tão antigas.” A confissão de Mafalda Guedes, responsável pelo programa de sustentabilidade da Sogrape, vem acompanhada de um sorriso. Porque, quando o maior grupo português do sector da vitivinicultura adquiriu a Herdade do Peso, em 1997, sabia que “havia todo um ecossistema, muita diversidade”: “Nunca estamos num sítio apenas para fazer vinho.” Mas daí até se perceber que tinham por lá uma das árvores mais velhas do mundo...

A árvore está relativamente isolada (embora haja na Herdade do Peso oito dezenas de oliveiras milenares) e o seu visual (as oliveiras muito antigas perdem o interior do tronco e as camadas exteriores acabam por assegurar a rigidez estrutural) falava-nos de uma existência bem longa. Em 2021, veio a certificação da empresa Oliveiras Milenares e da UTAD: a oliveira da Herdade do Peso tem agora 3713 anos.

Quando a azeitona original deixou raízes na terra que é agora Alentejo (por volta de 1700 a.C.), o mundo era bem diferente. Estava a começar o período minoico tardio em Creta; a idade do bronze dava os primeiros passos na China; os reinos hitita, assírio e egípcio marcavam o mapa do mundo

Os produtos florestais são cerca de 10 % das exportações e há 15 mil empregos diretos no sector. A floresta portuguesa é a quarta que gera mais valor acrescentado bruto

conhecido. Na foz do Tejo, ainda não havia sinais dos povamentos que viriam a dar origem à cidade de Lisboa — que, datada de 1200 a.C., é uma das mais antigas do mundo.

Em Creta há uma oliveira com uma idade estimada entre 3000 e 5000 anos. Olhando para outras espécies, encontramos registo de um cipreste-da-patagónia, no Chile, com 3627 anos. Mas nenhuma destas consegue competir com o verdadeiro “Matusalém” do mundo vegetal, um pinheiro com mais de 5000 anos que foi identificado nas Montanhas Brancas, Califórnia, EUA, e cuja localização exata é mantida secreta pelos serviços florestais.

Porque estas árvores resistiram a tudo durante milénios, mas todo o cuidado é pouco. “Quando percebemos a idade da oliveira, redobrámos os cuidados. Fizemos um círculo largo de pedras para os tratores não perturbarem a terra à volta do tronco e colocámos algumas estacas para ajudar a suportar ramos mais vulneráveis”, enuncia Mafalda Guedes. Ainda produz azeitonas, mas não as apanham, para perturbar o mínimo possível esta testemunha do passado distante. “Se esteve aqui tanto tempo, vai chegar aos 4000 anos se não lhe mexermos muito. A Natureza trabalha por si só.”

A RIQUEZA DA FLORESTA

Portugal é um país de floresta. Apesar do aumento exponencial das áreas de agricultura intensiva e regadio e do crescimento das zonas urbanas, os espaços silvestres (floresta, matos e terrenos improdutivos) ocupam mais de dois terços (69,4 por cento) do território nacional. A floresta, por si só, é a característica dominante, com 36,2 por cento do país coberto por extensões arborizadas — o que nos vale o oitavo lugar na União Europeia (UE). E não é só paisagem: os produtos florestais representam cerca de 10 por cento das exportações nacionais e há 15

mil empregos diretos no sector. Os números da UE dizem também que a floresta portuguesa é a quarta (depois de Chéquia, Dinamarca e Eslováquia) que gera mais valor acrescentado bruto.

“A floresta gera muitos produtos e serviços que são importantes, simultaneamente, para o Produto Interno Bruto e para a qualidade ambiental”, salienta João Azevedo, professor coordenador na Escola Superior Agrária e membro integrado do Centro de Investigação de Montanha (CIMO) do Instituto Politécnico de Bragança. “O professor Américo Mendes [professor associado de Economia na Católica Porto Business School] estimou que a floresta portuguesa vale dois mil milhões de euros por ano, em serviços de ecossistema. Isto inclui a transação de bens, mas também uma percentagem elevada de serviços não remunerados — a captura de CO2 e a produção de oxigénio, por exemplo. Mas também a regulação da água, a promoção da biodiversidade ou as oportunidades turísticas, entre outras.”

Vastas áreas do território português estão entre as mais produtivas da Europa — quase todo o Minho, prolongando-se pelas Beiras até à serra da Estrela, e o Litoral Centro são mesmo zonas de excelência no panorama europeu. “Isto resulta da conjugação de dois tipos de condições climáticas, a humidade atlântica e a exposição solar mediterrânica. As árvores crescem mais depressa em Portugal”, explica José Sousa Uva, da Direcção Nacional de Gestão do Programa de Fogos Rurais, que, no entanto, lembra de imediato a outra face da moeda: “A floresta cresce depressa, mas é muito vulnerável aos fogos, porque ganha massa e fica sujeita a temperaturas altas e níveis muito baixos de humidade nos meses de verão. Uma ameaça cada vez mais premente devido às alterações climáticas.”

Contas feitas só a este século, o somatório da área ardida ultrapassa os 3,2 milhões de hectares, qualquer coisa próxima de um terço da superfície total do país. Mesmo considerando uma estimativa conservadora de que apenas 60 por cento corresponderão a floresta (não incluindo matos e zonas agrícolas), são mais de 1,9 milhões de hectares consumidos pelas chamas — mais de metade da área florestal portuguesa. Que esta se mantenha relativamente estável é uma prova da “resiliência” da floresta portuguesa, realça José Sousa Uva, coordenador do Inventário Florestal Nacional, cuja última publicação usa dados de 2015.

Está prestes a ser atualizado e a nova versão será conhecida em 2026, já contando com os dados obtidos pela utilização generalizada do LIDAR — tecnologia ótica de deteção remota que mede propriedades da luz refletida de modo a mapear os objetos e as suas dimensões. O que podemos esperar deste novo Inventário Nacional? José Sousa Uva: “Ainda não temos dados para divulgação, mas o próximo inventário vai permitir perceber o impacto ambiental dos grandes incêndios da última década. É expectável que, mesmo não diminuindo a área ocupada, a floresta portuguesa tenha um menor volume de

Os portugueses trouxeram consigo muitas espécies exóticas. Os jacarandás chegaram a Portugal no século XIX, vindos da América do Sul

madeira ao dispor da indústria. A floresta é muito resiliente e regenera, mas, mesmo que rearborize, são plantas mais novas, com menos massa. A questão não é tanto perdermos área, mas sim qualidade e quantidade nessa área.” Em 2015, calculou-se que Portugal teria 172 milhões de metros cúbicos de madeira em crescimento, valor semelhante ao apurado em 2005.

Gerir e promover uma gestão integrada deste património é uma missão extremamente desafiante. A juntar aos desafios cada vez mais exigentes do cenário climático global, há uma especificidade nacional que complica tudo: a fragmentação da propriedade florestal (há mais de 400 mil proprietários) e a reduzida presença do Estado no sector: “É o país do mundo com menos floresta pública”, garante o perito da Direção Nacional de Gestão do Programa de Fogos Rurais. “São só três por cento, basicamente constituídos pelas matas do litoral” A média europeia, para se ter a noção, ronda os 44 por cento (39 por cento na UE) e anda pelos 42 por cento nos EUA.

O “puzzle”, que vai sendo matizado pela existência de centena e meia de associações de produtores florestais, encaixa noutro ainda mais complexo. “Existem em Portugal 11,5 milhões de prédios rústicos. Muitas das parcelas de floresta são heranças indivisas. E muitos proprietários nem residem em Portugal”, desabafa José Sousa Uva. Os problemas estão diagnosticados, mas os riscos continuam. “Fogo sempre houve e vai haver; o que preocupa são os incêndios brutais, que destroem propriedade, têm consequências ambientais brutais e matam pessoas”, sublinha João Azevedo.

FLORESTA DO SÉCULO XX

O panorama florestal português é dominado por quatro paisagens bem distintas, que se distribuem pelo território em função das condições do solo, da orografia e do clima. A maior mancha é a do montado (sobreiros e azinheiras), que cobre (dados do Inventário Florestal de 2015) cerca de um milhão de hectares, ou seja, constitui um terço da floresta nacional. É uma floresta multiusos, que não tem na madeira propriamente dita a sua principal área de produção — a cortiça (Portugal tem um terço da área mundial de sobreiros) é o produto mais relevante, mas o montado potencia outras atividades, como a suinicultura, a apicultura ou a caça (há, em Portugal, 260 mil caçadores licenciados), entre outras.

Com uma dimensão territorial muito semelhante, também perto do milhão de hectares, mas ocupando terrenos bem diferentes, temos os pinhais (pinheiro-bravo e pinheiro-manso). Enquanto o montado se estende pela metade sul do país, os pinhais aparecem mais no Centro e perto do litoral. São o tipo de floresta que tem enfrentado maiores dificuldades em Portugal, por causa dos fogos e de uma praga do pinheiro-bravo, o nemátodo. A madeira é o cerne da atividade, mas os pinheiros-mansos também não dão pinhões, por exemplo.

Ligeiramente abaixo do montado e do pinhal, a terceira mancha florestal mais representativa em Portugal é composta por eucaliptais (845 mil hectares). Tem crescido sistematicamente nos últimos 50 anos, sustentando a indústria da pasta de papel, mas em determinadas alturas o ritmo de ocupação crescente de território foi tal que provocou reações na opinião pública. Legislação publicada em 2019 proibiu entretanto novas plantações, a não ser que se destinem a substituir zonas onde foram feitos abates de eucaliptos.

A quarta área dominante da paisagem florestal portuguesa é constituída espécies folhosas caducifólias (carvalhos e castanheiros, principalmente). A sua dimensão é menos significativa (cerca de 320 mil hectares), mas os dados recolhidos em sucessivos inventários nacionais mostram que tem vindo a crescer, muito provavelmente devido à maior consciencialização ambiental (no Norte do país, nomeadamente em Trás-os-Montes, os carvalhos são uma fonte tradicional de lenha para aquecimento doméstico), mas também porque há incentivos da União Europeia para a plantação de castanheiros.

Depois da floresta, que cobre 36 por cento do território nacional, os matos e pastagens são a segunda paisagem mais dominante, ocupando 31 por cento da área de Portugal. Mas nem sempre foi assim. Até às décadas finais do século XIX, a floresta não tinha esta expressão. Longe disso. “Quase não existia... seriam entre três a sete por cento do território. Foi sendo substituída por áreas agrícolas, de pastoreio. Houve muita utilização do fogo para desbravar terreno e também consumo de lenha para aquecimento das casas”, conta João Azevedo.

O professor do Instituto Politécnico de Bragança reforça a ideia de que “a floresta atual foi instalada artificialmente”. A ideia foi ocupar terrenos sem utilização com culturas que pudessem trazer algum rendimento. Os exemplos mais antigos desta política podem ser encontrados na era dos Descobrimentos, quando o pinhal de Leiria se tornou fonte primordial de madeira para os navios portugueses. Na verdade,

foi mandado plantar antes disso, por D. Afonso III, no século XIII, numa tentativa de proteger as dunas litorais e, simultaneamente, impedir que as areias transportadas pelo vento viessem a invadir os terrenos agrícolas mais para o interior.

Muitas zonas montanhosas do interior deixaram, assim, durante o século XX, de ser área de matos silvestres e transformaram-se em florestas, graças às plantações de pinheiro-bravo, uma espécie autóctone, mas que aparecia apenas nas zonas litorais. Com grande resiliência e capacidade de adaptação a terrenos pouco generosos, os pinheiros espalharam-se, também, pelo interior. “Havia uma subespécie mais interior, mas ter-se-á extinto devido ao fogo há uns 10.000/5000 anos”, explica João Azevedo. Mais tarde neste processo de aproveitamento de áreas não produtivas apareceu o eucalipto, que beneficiou de apoios à sua plantação, por causa da indústria da pasta de papel.

A progressão da floresta foi extraordinária: eram cerca de 600 mil hectares em 1880, na viragem do século os dados oficiais já colocam a área florestal perto dos dois milhões de hectares e este total foi sempre aumentando até aos mais de três milhões atuais. O eucalipto, praticamente inexistente até 1930, acelerou a sua implantação na década de 1990, mas entrou em lógica de estabilização nos anos 2000. O pinhal tem perdido área e neste momento ocupa sensivelmente apenas dois terços da área recenseada em 1980. Mais estável, o montado teve um pico na década de 1960, mas vai-se mantendo, enquanto carvalhos e castanheiros têm ganhado algum espaço.

Dominada por estas quatro grandes “famílias”, que preenchem extensas manchas monotemáticas, a floresta portuguesa é, ainda assim, mais diversificada do que noutros países europeus. “No seu todo, temos uma enorme diversidade florestal”, avalia José Sousa Uva. “Desde a floresta tipicamente mediterrânica a toda a floresta de montanha. Temos floresta produtiva e floresta para conservação da Natureza. Somos dos países que apresentam maior biodiversidade e isso também vale para a floresta. Resulta da conjugação de dois tipos de condições climáticas, a atlântica e a mediterrânica.”

Viajantes do mundo, os portugueses trouxeram consigo muitas espécies exóticas que povoaram jardins botânicos e propriedades privadas e daí, em alguns casos, saíram para o domínio mais público. Os jacarandás, por exemplo, são uma árvore emblemática de Lisboa, mas só chegaram a Portugal no século XIX, provenientes da América do Sul, de onde são originárias. Entre as árvores de interesse público da capital — aqui citada apenas como exemplo da abrangência do clima português — encontram-se espécies árticas e tropicais, adaptadas a altitudes e condições variadas e oriundas de todos os continentes.

INFORMAÇÃO E POLÍTICAS

Apesar da sua riqueza e presença dominante, a floresta enfrenta sérias ameaças em Portugal. “Sou

RECORDE O maior sobreiro do mundo tem uma copa de 30 metros. Pode ser visto em Águas de Moura, freguesia de Marateca, concelho de Palmela



TIAGO MIRANDA

otimista por natureza, mas no que respeita à floresta, nem por isso”, admite João Azevedo, quando instado a olhar para o futuro. “A floresta portuguesa está sob fogo por causa das alterações climáticas e o ano de 2024 voltou a mostrar-nos como é muito fácil ela desaparecer” — dados divulgados pelo ICNF em novembro salientavam que o número de fogos rurais até 15 de outubro tinha sido o mais baixo da última década, mas a área ardida foi a terceira maior da década: as chamas consumiram 136.424 hectares, dos quais 81.206 correspondiam a áreas florestadas.

“O grande problema é a gestão política. Sabemos o que está a acontecer, temos capacidade para fazer projeções para o futuro. Sabemos o que temos de fazer para promover uma floresta sustentável. Mas ao nível político parece haver alguma dificuldade... Em 2017 foram apresentados novos programas e iniciativas, mas ao cabo de sete anos não vemos resultados dessas transformações — o que nos permite duvidar da sua eficácia.” O diagnóstico crítico do professor do Instituto Politécnico de Bragança é feito em tom geral, mas vem acompanhado de alguns reparos mais específicos: “Não vejo adequação às alterações climáticas. A gestão é feita a olhar para o passado e as florestas vão estar cá muitos anos — são a longo prazo, é essa a sua essência. Não vejo uma transformação na gestão da paisagem que evite fogos como os que já vimos.”

Apesar de tudo, João Azevedo vê sinais positivos: “O Plano de Transformação da Paisagem, de 2019, é um programa que traz esperança, porque está focado nas questões críticas — fogos e alterações climáticas. É preciso tornar a paisagem mais resiliente. Transformar áreas contínuas em áreas mais diversas, mais heterogêneas. E que fixem a população, porque

isso tem potencial para criar dinâmicas demográficas que darão mais resiliência à paisagem.” O perito avisa, no entanto, que “muitas das transformações até agora foram apenas reestruturações” e deixa um recado: “Juntar políticas num chapéu geral não resolve os problemas, é apenas uma reorganização burocrática.”

O trabalho de gestão e transformação da floresta portuguesa não é, como já foi dito, tarefa fácil. Porque é preciso enfrentar as limitações tradicionais (nomeadamente a fragmentação da propriedade, que “dificulta a constituição de unidades extensivas que permitam alicerçar uma gestão integrada e multi-propósito”, destaca José Sousa Uva, frisando que esse cenário se faz notar, principalmente, no pinhal) num cenário de grandes transformações globais.

O coordenador do Inventário Florestal Nacional volta a reforçar esta ideia quando enumera as principais ameaças que pairam sobre o sector. “A primeira é a dos incêndios, agravada pela evolução climática. A segunda tem a ver com a fitossanidade; há doenças, como o nemátodo, que complicam muito — e outras, algumas possivelmente ligadas às alterações climáticas. Finalmente, a terceira ameaça vem da progressiva desertificação do território nacional. Somos uma zona de claro risco no contexto das alterações climáticas. Este ano, como está a chover, não se fala muito nisso, mas, nomeadamente no Algarve e Alentejo, são notórios fenómenos de progressiva desertificação.”

Recolher e tratar informação é uma tarefa fundamental e José Sousa Uva salienta que a periodicidade do Inventário Florestal poderá mudar num futuro próximo. “É claro que há dados e indicadores sempre à disposição dos decisores políticos, mas o retrato global é dado por este levantamento nacional

de 10 em 10 anos. Com os meios tecnológicos atuais e se houver maior investimento na área, será possível apertar esse prazo para que a ‘fotografia’ seja o mais próxima possível da realidade no tempo. Mas é preciso que se invista mais, tenho de insistir.”

E aqui surge outro problema, o da falta de profissionais qualificados no sector. João Azevedo põe o dedo na ferida: “Em Portugal há um défice muito grande de técnicos florestais. Os cursos não são atractivos... O nosso [do Politécnico de Bragança] fechou porque o Estado decidiu que só poderia haver um curso na mesma região. Ficou o da UTAD [Universidade de Trás-os-Montes, em Vila Real], mas este ano entraram apenas 15 alunos, o que é a média normal. No final, nem todos seguem esta área e, entre os que seguem, alguns preferem a via académica.”

Ou seja, “são mesmo muito poucos os que vão para o terreno; os quadros estão envelhecidos e isso é perigoso e mau para o futuro, porque perdemos competência científica numa altura em que ela é cada vez mais fundamental”, avisa o professor universitário e investigador. “Até perceber. Não é um trabalho bem pago e a percepção geral da floresta tem uma conotação negativa: só ouvimos falar dela quando arde ou quando são noticiados escândalos de exploração de mão de obra no sector...”

Proteger a floresta sem a fechar à fruição popular é o desafio. As pessoas só gostam do que conhecem e só se esforçam para proteger o que lhes é querido. Para João Azevedo, que é natural da zona de Vila Real, essa foi a ligação primordial para se dedicar a esta área. “A minha família não é proprietária de floresta, mas desde muito novo, por ser montanhista, que fazia coisas relacionadas com a floresta.” ●

e@expresso.impresa.pt